



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING

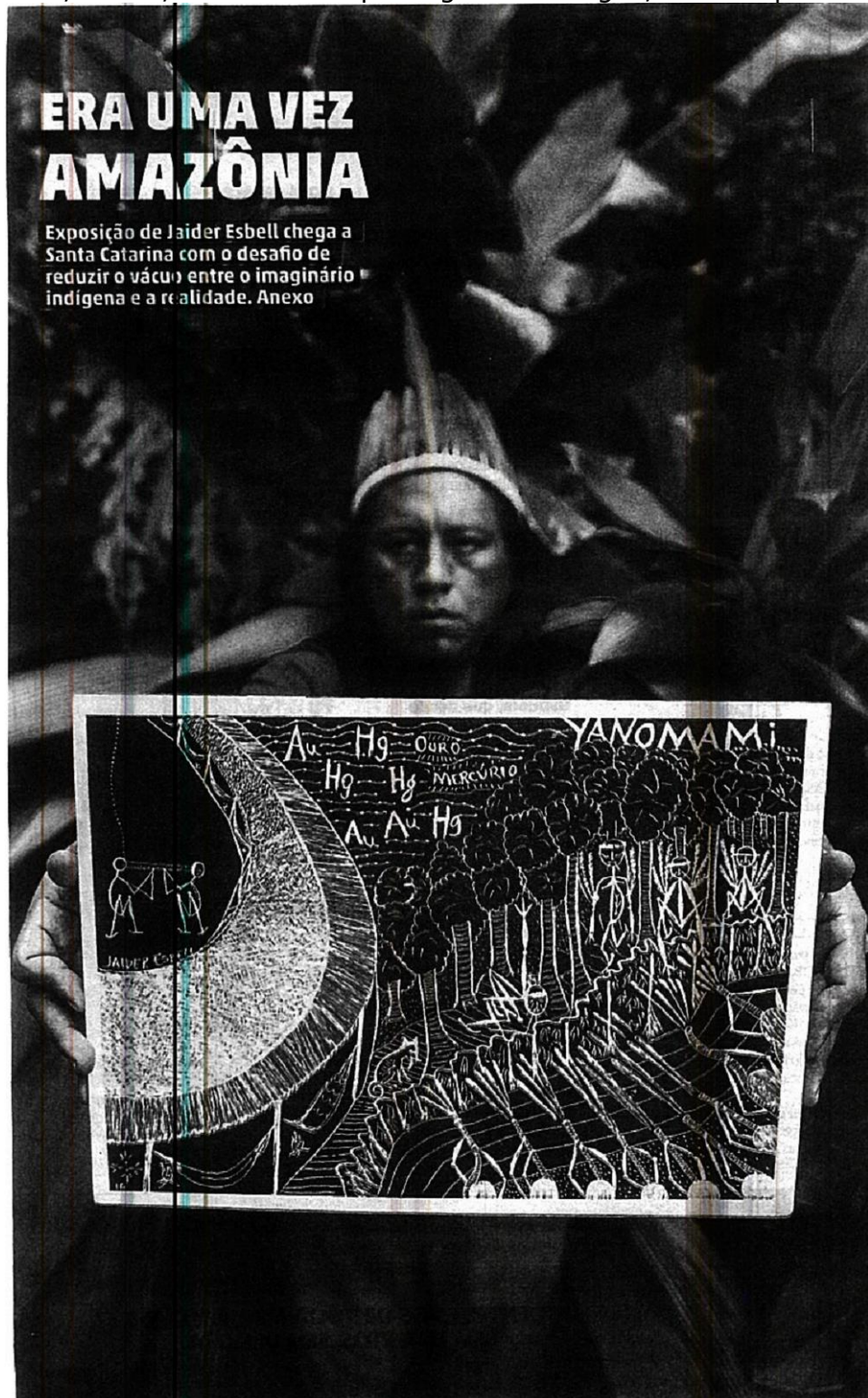


Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

11 de abril de 2017

Diário Catarinense
Contracapa e Anexo
"Visibilidade pela arte"

Visibilidade pela arte / UFSC / Exposição / Arte indígena / It was Amazon / Era uma vez Amazônia / Jaider Esbell / Makuxi / Roraima / Brasil / Terra Indígena Raposa / Serra do Sol / Prêmio PIPA / Encontro de todos os povos / Índio / Museu de Arqueologia e Etnologia / Florianópolis



ANEXO

Visibilidade pela ARTE

YASMINE HOLANDA FIORINI
yasmine.fiorini@
diariocatarinense.com.br

Ancestralidade, tradição, contemporaneidade, política e sobrevivência são o mote da exposição de arte indígena *It Was Amazon/Era uma vez Amazônia*, de Jaider Esbell, do povo Makuxi, de Roraima. O artista, escritor e produtor cultural, que tem uma galeria de arte indígena contemporânea em Boa Vista e vive profissionalmente da arte desde 2010, está percorrendo o Brasil com a mostra desde 2016 e SC é o primeiro estado da região Sul a recebê-la. A exposição, com 16 obras, abre hoje na Capital.

Nascido onde hoje é a Terra Indígena Raposa – Serra do Sol, Jaider descobriu habilidades artísticas na infância, mas trabalhou na Eletrobras e formou-se em Geografia antes de se dedicar exclusivamente às artes. Em 2016, foi indicado ao Prêmio PIPA de arte contemporânea brasileira e ganhou na categoria online, com votos do público. Já foi convidado para expor e dar aulas na Pitzer College, nos Estados Unidos, e é realizador do Encontro de Todos os Povos, evento em Roraima que promove o protagonismo dos índios.

Em residência artística no coletivo NACASA, na Capital, onde vai trabalhar e receber o público interessado em seu trabalho até o fim da exposição, Jaider recebeu a equipe do DC para um papo. Confira os trechos principais.

ARTE INDÍGENA

Meu trabalho é sempre visto com bastante espanto, porque eu fujo um pouco da ideia do indígena como um cidadão

acanhado, envergonhado e até meio medroso ao se expor e reivindicar a identidade num país em que é muito massacrado. A arte faz o índio sair da invisibilidade e entrar num universo bem restrito que é o de pensador, de pessoas que influenciam a sociedade.

ITINERÂNCIA

Comecei a trabalhar com o canson preto e a caneta branca e fiz alguns desenhos sobre a Amazônia atual com uma perspectiva de desromantizá-la. A itinerância começou em julho de 2016 e não faz parte de nenhum edital, não tem financiamento e é sustentada com a venda do meu material. O mote desse trabalho vem carregado desses elementos e signos: questões da identidade, espiritualidade e referências ancestrais nessa contemporaneidade. O desafio é traduzir essas informações em algo acessível nesse grande vácuo que tem entre o imaginário indígena e a realidade.

ÍNDIO CONTEMPORÂNEO X TRADIÇÕES ANCESTRAIS

Quando você sai em campo para encontrar a vida prática do índio, você se surpreende. Tem indígenas tribais que vivem nus, "selvagemmente" na floresta. Já no Maranhão, por exemplo, encontrei uma tribo de índios aparentemente "descaracterizados" na fisionomia, índios brancos, loiros, com uma espiritualidade e uma religião bastante sincrética, misturando vários elementos da cultura afro. A diversidade indígena no Brasil é muito grande. Mas as realidades no Brasil são essas, tem o índio selvagem, que tá correndo com medo dos madeireiros, das fazendas, que não têm para onde ir e vai ter que sair da floresta ou então morrer. E

tem um índio mais conectado com o mundo, que está trabalhando com coisas nunca trabalhadas pelos índios.

REPRESENTATIVIDADE

Politicamente, é pouquíssima. E, quando conseguimos, a estrutura política inviabiliza que tenhamos algum protagonismo. Existe toda uma política de desestruturação da organização indígena para evitar que consigamos acessar o parlamento. É um desafio urgente entre nós. O maior risco é perder as políticas públicas que são garantidas por meio de lutas de anos. As pessoas vão para um limbo cultural e social, não tem recurso nem estudo para alcançar um trabalho na cidade, não têm mais terra nem segurança para se viver no campo. É uma forma política e administrativa de extinguir vários povos.

BOLSONARO

(Na última semana, o deputado disse que, se eleito, acabaria com as reservas indígenas)

É lamentável, mas isso que o Bolsonaro fala com muita tranquilidade e que muita gente entende como uma irresponsabilidade é na verdade um desejo de muitos políticos e cidadãos brasileiros, de dar um basta nessa história de existir índio no Brasil. Eu não sei exatamente porque as pessoas têm vergonha de serem como são, de virem de onde vieram e dessa tentativa de exterminar o índio como se ele fosse uma mancha no currículo. É preocupante, e nós sabemos que tem muitos indígenas que estão sem informações o suficiente para entender a gravidade disso e engrossar essa campanha de resistência. É um perigo real que temos e eu não me espanto se isso acontecer.

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2017

Editora: Cris Vieira
anexo@diariocatarinense.com.br
(48) 3214-2910

VIAJANDO O BRASIL com a exposição *Era uma Vez Amazônia*, Jaider Esbell, de Roraima, chega a SC hoje com o desafio de reduzir o vácuo entre o imaginário indígena e a realidade



Agende-se

Exposição *It Was Amazon/Era uma vez Amazônia*, de Jaider Esbell Makuxi
Onde: MARQUÊ - Museu de Arqueologia e Ethnologia da UFSC (Campus Universitário, Trindade, Florianópolis)
Quando: abertura hoje, às 16h. Visitação até o dia 29/04, de terça a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados, das 13h às 17h (exceto feriados).
Contato com o artista e agendamento de visitas guiadas: es.b@hotmail.com ou (95) 99959-2025

Diário Catarinense
Capa e Sua Vida
"Planejamento em risco nas maiores cidades"

Planejamento em risco nas maiores cidades / UFSC / Urbanismo / Santa Catarina / Plano Diretor / Estatuto da Cidade / Expansão urbana / Valesca Marques / Capinzal / Marcos Antunes da Costa / São José / Ocupação do solo / Universidade Federal de Santa Catarina / Plano Diretor Participativo / Matson Luiz Cé / Erico Koenig / Valmir Zandonai / Deslizamentos / Inundações / Sônia Rabello / UERJ / Instituto Lincoln de Políticas do Solo / Plano Diretor de Florianópolis / Cesar Souza Júnior / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / IpuF / Ildo Rosa / Dalmo Vieira Filho / Ministério Público Federal



MAIS DE 20 MIL HABITANTES

Uma em cada 3 cidades catarinenses está com plano diretor irregular

Maioria dispõe do documento que trata do crescimento ordenado do município, mas atualização tem de ser feita até dezembro

Sua Vida | 20 a 22

PLANEJAMENTO EM RISCO NAS MAIORES CIDADES

UM EM CADA três municípios com mais de 20 mil habitantes de Santa Catarina está com o plano diretor irregular conforme determina o Estatuto da Cidade. O documento reúne diretrizes para guiar o crescimento e a ocupação ordenada do território

CRISTIAN WEISS E LARISSA NEUMANN
 cristian.weiss@diariocatarinense.com.br
 larissa.neumann@diariocatarinense.com.br

O plano diretor é o instrumento para regular o uso do solo nas cidades, evitar a ocupação desordenada e a especulação imobiliária em áreas de interesse social e ambiental, mas ainda não é levado a sério em muitos municípios. Quase um terço das cidades (29,5%) com mais de 20 mil habitantes de Santa Catarina estão com o documento defasado ou ainda não o aprovaram. Restes a completar 16 anos de vigência, o Estatuto da Cidade determinava que até 2008 todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam ter criado seus planos e que, após a aprovação, as leis municipais deveriam ser atualizadas no máximo em 10 anos, após discussões constantes com a comunidade.

O documento é um grande esboço do que as pessoas esperam da cidade no futuro. Trata-se de uma lei municipal que rege a expansão urbana, as construções e indica como o perímetro urbano deve crescer na próxima década. Sem ele, defende a arquiteta e urbanista da Associação de Municípios da Grande Florianópolis, Valesca Marques, as cidades correm o risco de ter crescimento desordenado, sem sustentabilidade e de não atender às demandas dos moradores.

É a lei primordial de um município. Ao lado do código de posturas, ele junta todas as questões que dão estrutura para as demais leis da cidade. Ela democratiza o uso da terra e a ocupação, postula normas e regras para todas as pessoas, norteia os novos empreendimentos e traz uma série de normas para que a cidade seja ocupada de maneira democrática.

A situação mais crítica do Estado é a de Capinzal, no Oeste, que tem mais de 22 mil habitantes e ainda não aprovou a lei municipal. Segundo Marcos Antunes da Costa, responsável pela fiscalização do município, o projeto de lei foi encaminhado para votação na Câmara de Vereadores no final do ano passado. Desde 1992, a prefeitura trabalha apenas com o Plano Físico Territorial, que define basicamente zoneamentos.

SÃO JOSÉ TEM A LEI MAIS DESATUALIZADA DO ESTADO

Entre as maiores cidades do Estado, o cenário mais urgente é o de São José. O município foi visionário no passado, mas hoje tem o plano mais antigo

de Santa Catarina, aprovado em 1985, quando tinha cerca de 60 mil habitantes. Hoje, com mais de 235 mil – quarta maior população do Estado –, a lei que rege a ocupação do solo é a mesma de 30 anos atrás, está cheia de emendas e não contempla mais a realidade.

Em 2004, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) chegou a elaborar com a prefeitura um novo plano, que não foi adiante. Entre idas e vindas, o tema voltou à discussão em 2014 com o plano diretor participativo e está na última etapa, a de audiências públicas, antes de ser enviado à votação. O secretário de Serviços Públicos Urbanos, Matson Luiz Cé, afirma que a atualização é urgente para estimular o crescimento da cidade de forma estruturada, equilibrada em todas as localidades e ter mais investimentos.

– O plano que ainda está em vigor deixa o gestor com dificuldades para concessões e autorizações e para fomentar alguns setores do município, até mesmo para implantar aparelhos públicos. E não dá amparo legal para algumas situações, pois toda hora tem de se criar lei específica para liberar um empreendimento.

Um dos pontos que carecem atualização diz respeito a bairros como Sertão do Marum, por onde passará o Contorno Viário da Grande Florianópolis, atualmente em obras. A característica da vizinhança é rural, mas com o fluxo de veículos a tendência é atrair investimentos e as terras valorizarem, com isso, a vocação da localidade deve mudar.

A demora para atualização do plano em São José gerou gargalos no desenvolvimento da cidade, que cresceu muito nos últimos décadas e é a porta de entrada para a capital do Estado. Para o presidente da Associação de Moradores do Bairro Campinas, Érico Koenig, não ter um plano de acordo com a evolução da ocupação gerou aberrações, como empreendimentos instalados em locais estritamente residenciais e prédios de alturas diferentes.

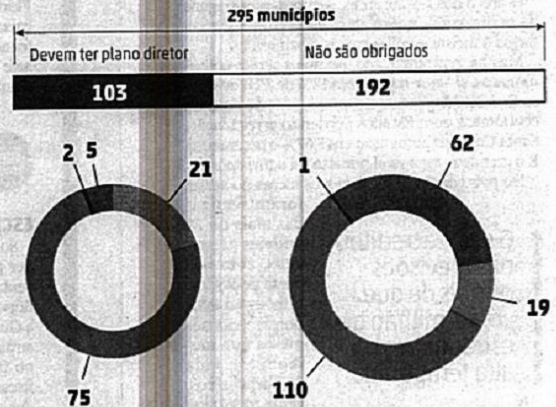
– Em muitas construções que saem na cidade, o fiscal é o próprio vizinho, que percebe não estar dentro do padrão e aí avisa a prefeitura – aponta Koenig.

Valesca, entretanto, ressalta que tão grave quanto ter um plano defasado, é o fato de muitas prefeituras não disporem de um corpo de arquitetos e engenheiros para monitorar a implantação dos planos com rigor e delegarem a função a outros servidores sem conhecimento técnico.

SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Levantamento feito pelo Diário Catarinense com todas as prefeituras de cidades com mais de 10 mil habitantes e dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2015, do IBGE:

- Tem plano, mas desatualizado
- Tem plano e atualizado (menos de 10 anos)
- Tem plano, mas vence até o fim de 2017
- Não tem plano



Cidades com mais de 20 mil habitantes ou inscritos no cadastro de vulneráveis a inundações ou deslizamentos de terra da Defesa Civil (sinalizadas com *) devem ter o plano diretor

Municípios com menos de 20 mil habitantes que não são obrigados a aprovar plano diretor, segundo o Estatuto da Cidade. Para os que têm, no entanto, recomenda-se manter atualizado

Tem plano, mas desatualizado:

São José, Palhoça, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Caçador, Mafra, Canoinhas, Içara, Videira, São Francisco do Sul, Curitibaanos, Porto União, Penha, Joaçaba, Capivari de Baixo, Orleans, Santo Amaro da Imperatriz, *Governador Celso Ramos, *Correia Pinto, *Ponte Alta, *Rancho Queimado

Tem plano, mas vence até o fim de 2017

Luiz Alves e Ilhota

Não tem plano:

Capinzal, Três Barras, Turvo, Maracajá, Timbé do Sul

Tem plano, mas desatualizado:

Papanduva, Otacílio Costa, Campo Alegre, Faxinal dos Guedes, Coronel Freitas, Bom Retiro, São José do Cerrito, Armazém, Major Vieira, Campo Belo do Sul, Bom Jardim da Serra, Piratuba, São João do Itaperiú, Pinheiro Preto, Ibicaré, Celso Ramos, Capão Alto, Vargem, Ibiom

Tem plano, mas vence até o fim de 2017:

Anita Garibaldi

Mesmo pequena e sem obrigação, Aurora monta plano com a população

Aurora, no Alto Vale do Itajaí, tem apenas 5,6 mil habitantes, mas decidiu ainda cedo planejar o crescimento da cidade. Desde outubro de 2014, o município conta com plano diretor. Prefeito na época, Valmir Zandonai (PP) diz que a mobilização começou porque a prefeitura percebeu o crescimento desordenado no centro da cidade e em áreas rurais.

O plano diretor foi elaborado em discussão com a comunidade, mas teve pontos polêmicos, como o aumento da largura das ruas em áreas rurais – ninguém queria perder parte do terreno para ceder ao passeio público –, obrigação dos proprietários em manter as calçadas no centro e mudança no limite de

anúncios para prédios em alguns bairros.

Não era obrigatório a gente fazer o plano diretor, mas o prefeito tem que tomar uma posição pensando o futuro. Aí o administrador vai gerir sempre dentro das regras, porque quando não tem, muitos vão tomar decisões da forma que quiserem – considera.

Aurora é um dos 192 municípios de Santa Catarina que não são obrigados a ter um plano diretor, conforme as determinações do Estatuto da Cidade. Mas ao lado de 109 cidades desse grupo, tem a norma atualizada. Outras 20 cidades com menos de 20 mil habitantes já criaram a lei, mas há mais de 10 anos. Em Anita Garibaldi o decênio vence neste ano.

O QUE DIZ O ESTATUTO

1 O Estatuto da Cidade estabelece que o Plano Diretor deveria ter sido criado até 2006, e posteriormente prorrogado para 2008, pelas cidades com mais de 20 mil habitantes; ou municípios que fazem parte de regiões metropolitanas; ou de áreas de especial interesse turístico ou que têm atividades com significativo impacto ambiental, como hidrelétricas, aeroportos, rodovias.

2 Deve ser feito com a participação da sociedade, por meio de audiências públicas, exposição das mudanças aos moradores e eleição de representantes dos bairros, que podem votar contra ou a favor das alterações propostas.

3 Depois de aprovado pela Câmara de Vereadores, deve ser atualizado constantemente e totalmente revisado no máximo em 10 anos.

4 O Conselho da Cidade, com representantes de órgãos públicos, associações de classe e moradores deve ser criado para monitorar a aplicação do plano.

PARA QUE SERVE O PLANO

- É um grande manual, com lei, mapas e regras para guiar o crescimento da cidade e o funcionamento do município
- Propiciar o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável; garantir atendimento às necessidades básicas do cidadão (saneamento, segurança e moradia) e o acesso democrático ao solo
- Deve conter delimitação das áreas urbanas e zoneamentos (residencial, industrial, comercial, públicos ou áreas de preservação) para aplicar parcelamento de solo, edificação ou uso obrigatório; prever áreas de interesse social para habitação popular; forma de aplicar tributos sobre o uso do solo ou transferência do direito de construir; prever espaço para operações urbanas consorciadas (áreas que podem ser ocupadas e urbanizadas pela iniciativa privada, mas respeitando o interesse público)

Organização onde há risco de deslizamentos e inundações

Além das cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, áreas de interesse turístico ou que tenham zonas vulneráveis a deslizamentos de terra ou inundações – característica frequente em Santa Catarina – também devem ter plano diretor atualizado, conforme o Estatuto da Cidade.

Segundo a Defesa Civil do Estado, 77 delas estão nessa relação, 39 são as mesmas já obrigadas a ter o documento por ter mais de 20 mil habitantes. As outras 38 são cidades onde o número de moradores varia de 2,8 mil a 19 mil.

Destas últimas, apenas Três Barras, Turvo, Maracajá e Timbé do Sul não têm planos aprovados. Em Governador Celso Ramos, Correia Pinto, Ponte Alta e Rancho Queimado os planos têm mais de 10 anos e estão desatualizados. Em Luiz Alves e Ilhota, ambos no Vale do Itajaí, o prazo de 10 anos para atualização vence no mês de dezembro.

POPULAÇÃO PODE AJUDAR A FISCALIZAR IRREGULARIDADES

A exigência foi incluída no Estatuto da Cidade em 2012 para garantir que os municípios restrinjam a ocupação em áreas de risco, além de garantir espaço em seu território para áreas de construção de moradias populares.

Para Sonia Rabello, professora de Direito Urbanístico da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Instituto Lincoln de Políticas do Solo, cabe à população ficar atenta. Caso perceba que a prefeitura não está cumprindo o Estatuto da Cidade, as pessoas devem acionar o Ministério Público para propor uma ação civil.

ENTREVISTA

SONIA RABELLO

Professora de Direito Urbanístico da UERJ e do Instituto Lincoln de Políticas do Solo

“Se não planejar a cidade, vai ser um caos”



Especialista em direito urbanístico e administrativo, Sonia Rabello compara o funcionamento da cidade a uma casa. Mas ressalta um ponto

importante: construir uma casa exige planejamento, mas num espaço limitado a cidade é o espaço macro e também deve ser pensada para evitar o caos. A pesquisadora do Instituto Lincoln de Políticas do Solo, entidade internacional focada na educação do uso correto e democrático do solo urbano, afirma que o plano diretor é o principal instrumento dos gestores públicos para colocar em prática o que os moradores anseiam para o futuro da cidade.

Por que é importante uma cidade ter plano diretor?

Uma cidade precisa ter planejamento para administrar o uso e a ocupação de seu território. É resultado de uma função técnico-política porque, na verdade, não é o político que vai fazer o plano, mas ele deve ser consciente de que a prefeitura precisa ter um corpo técnico permanente que administre isso. Se você vai fazer um banheiro na sua casa, precisa de um plano, medir o espaço e saber onde vai o vaso, a pia, o chuveiro, como será o acesso. Você está administrando um microespaço. Se for fazer uma casa, mais ainda precisa de um plano. Se for construída sem planejamento, põe um tijolo num lugar e não vai ter espaço para passar um fio, esquece de medir o quarto, a cozinha fica enorme e não sobra espaço para o banheiro. Isso tudo num espaço mini. Agora imagine isso numa cidade. Se não tiver as pessoas que planejam onde vão ficar a escola, o posto de saúde, as áreas de praça, como as pequenas vias vão articular com as grandes, qual vai ser o tamanho dos prédios? Se não planejar o banheiro, corre-se o risco de não ter onde colocar o vaso. Se não planejar a cidade, vai ser um caos. O plano é o resultado de um diagnóstico da cidade, econômico, populacional, para depois dizer onde a cidade vai crescer nos próximos 10 anos.

Qual o risco de ter um plano diretor estar defasado?

Segundo o mesmo exemplo, você tem uma casa que planejou muitos anos atrás. Tendo em vista as circunstâncias ao lado,

Planejar é a grande conquista da modernidade. Por exemplo, a favela vai ocupando os espaços aleatoriamente. Qual é o resultado? O caos. As ruas são estreitas, não dá para recolher o lixo, nem distribuir o encanamento, a luz.

a casa vai ficando muito quente. Aí você precisa modernizar e quer botar um ar-condicionado. Mas a casa tem eletricidade monofásica. Não suporta o aparelho. Para atender a uma qualidade de vida melhor, você precisa “rerrefletir” sobre o que precisa alterar na casa para ter acesso a determinadas melhorias da cidade que a modernidade traz. Para ter acesso às modernidades que o plano precisa ser atualizado.

Muitas cidades sem plano alegam que ter Código de Posturas e Obras já compensa. E um instrumento que substitui o plano?

O Código de Obras ou Posturas não pensa o planejamento da cidade como um todo, mas de lote a lote. Para modernizar um edifício, o código vai se atualizando, como exigir escada de incêndio, tal tamanho para a entrada, delimita diretrizes para o prédio fique bom. Mas o código diz respeito à construção, não à cidade. Esses municípios não pensam que a cidade toda precisa de um planejamento como se fosse uma grande casa. Ainda estão no planejamento do banheiro. O plano diretor não pretende substituir o código de obras ou de posturas, é o conjunto de diretrizes do funcionamento da cidade. É a regra geral, que depois vai para o detalhe com os códigos.

Em SC, muitas cidades com menos de 20 mil habitantes decidiram ter planos. Isso é bom?

É excelente. Planejar é a grande conquista da modernidade. Por exemplo, a favela vai ocupando os espaços aleatoriamente. Qual é o resultado? O caos. As ruas são estreitas, não dá para recolher o lixo, nem distribuir o encanamento, a luz. E para arrumar isso, só se demolisse quase tudo para botar os serviços públicos.

E quem fiscaliza o prefeito que descumpra o Estatuto da Cidade?

O Ministério Público é que tem a fiscalização. É a sociedade, por meio de ação popular ou ação civil pública. Então, se sua cidade não tem plano diretor ou ele não atende ao Estatuto da Cidade, cabe ao MP questionar o município.

Após uma década de discussão, plano de Florianópolis entra em reta final

ÚLTIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA e conferência das cidades, previstas para maio, encerram etapas antes do projeto ir para a Câmara

O imbróglio que já dura uma década e cerca de todos os lados o atual Plano Diretor de Florianópolis, sancionado a toque de caixa em 2014, tem tudo para acabar no mês que vem, data em que estão previstas a última audiência pública e a conferência das cidades. Ambos compromissos compõem o pacote de audiências públicas estipulado pela Justiça Federal no processo que judicializou o Plano em novembro de 2013, meses antes de documento ser sancionado pelo então prefeito Cesar Souza Junior.

Desde o começo deste ano, conforme explica o superintendente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), Ildo Rosa, uma série de encontros já foram promovidos para alinhar junto ao Núcleo Gestor a estrutura final do Plano, processo que antecede a análise e votação do documento pela Câmara de Vereadores do município. Essa fase, chamada de reatamento, avaliou todos os 521 artigos que compõe o documento. Deste, detalha Rosa, pelo menos 100 são considerados impasses e precisarão ser avaliados em separado, durante votações entre os membros que fazem parte do Núcleo Gestor – atualmente formado por representantes de 40 entidades.

O superintendente ainda explica que essa dinâmica de reatamento foi encerrada em março e agora há prazo final até o dia 19 de abril para conclusão das discussões em torno das emendas tidas como polêmicas.

– A audiência pública final precisa ser convocada com antecedência de 15 dias, pretendemos fazer isso no início de maio. Tentaremos na semana que vem, já nesse espaço mais diminuto, votar o que precisa ser votado (dos pontos de impasse). O que não der, vamos encaminhar do jeito que está para a Câmara e ela saberá que em tal artigo houve uma discordância. Dai é com eles – afirma Rosa.

FALTA DE DEBATE PÚBLICO NORTEOU IMPASSE JUDICIAL

Rosa recorda que, por conta do Estatuto das Cidades, em 2006 começou o processo para a criação de um novo Plano Diretor, dessa vez participativo, em Florianópolis. Até então, o Plano que vigorava no município era o sancionado em 1997. O processo do novo plano andou bem até meados de 2008, quando houve baixa adesão da população nas audiências públicas e a tramitação do documento acabou suspensa pela prefeitura. Os florianopolitanos reivindicaram

O PLANO DIRETOR NA CAPITAL

1997

Primeiro plano diretor de Florianópolis é aprovado. Antes disso, em 1985, vigorava o chamado plano dos balneários.

2006

Praza para ser deflagrado o processo de elaboração do novo plano diretor, conforme foi instituído no Estatuto das Cidades. No mesmo ano se inicia, então, o processo para a criação do plano participativo. Conforme o Instituto de Planejamento Urbano (IpuF), foram criados, na época, 21 núcleos distritais para discutir as diretrizes do novo documento.

2008

A prefeitura começou a realizar audiências públicas com a comunidade, mas estas tiveram baixa adesão, por isso a tramitação do plano foi suspensa. Até aqui, já haviam sido definidas as macro diretrizes, consideradas o suporte para a elaboração do plano.

2011

Processo de elaboração do plano é retomado com assessoria de uma empresa privada. Conforme o IpuF, os grupos que já estavam compostos não concordaram com a nova forma de trabalho. Naquele mesmo ano, a prefeitura determinou que o Instituto assumisse as demandas. Mais tarde, o plano foi enviado para a Câmara de Vereadores que analisou pelos menos 300 emendas.

2013

Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação civil pública tentando impedir a votação do projeto do Plano Diretor. A Justiça em Florianópolis dá razão ao MP e suspende o processo, mas a procuradoria-geral do município consegue anular a decisão na Justiça em Porto Alegre. Projeto retoma tramitação normal na Câmara de Vereadores.



2014

Projeto de lei é aprovado pelos vereadores sob protestos e tumulto da população, que discordava de pontos do plano, que foi sancionado pelo então prefeito Cesar Souza Junior. No mesmo ano, a Justiça Federal volta a suspender o documento, alegando que a legislação federal não foi cumprida, já que as audiências públicas foram interrompidas. A prefeitura recorre, mas começa a realizar novos encontros com a comunidade. Ainda no primeiro semestre do ano, o TRF-4 em Porto Alegre dá ganho ao recurso da prefeitura e o Plano Diretor volta a vigorar como foi sancionado pelo prefeito.



2015

TRF-4 volta atrás e dá ganho à ação do MPF e decide que prefeitura deve realizar 14 novas audiências públicas mais a Conferência das Cidades. O município também precisa reenviar projeto de lei à Câmara de Vereadores.

2016

Faltando duas audiências públicas para ser concluído o cronograma de consultas populares, o MPF recomenda a suspensão dos encontros e sugere alterações na minuta do projeto. Juiz Marcelo Krás Borges aceita reclamação do MPF e pede que cronograma de aprovação do Plano Diretor seja alterado por considerar que alguns artigos não passaram por debate popular.

2017

Com as 13 audiências participativas concluídas, inicia-se o processo de reatamento dos 521 artigos que compõem o Plano. O processo foi concluído em março, mas cerca de 100 emendas ficaram pendentes pois houve divergência no entendimento do Núcleo Gestor. Conforme o IpuF, até o dia 19 de abril todas as discussões precisam ser encerradas para que a audiência final seja convocada. Ela deverá ocorrer em maio. O último passo, antes do encaminhamento do Plano para a Câmara de Vereadores é a chamada Conferência das Cidades, prevista para ocorrer 15 dias após a audiência final.

na época que a divulgação das audiências teria sido tímida e as pessoas não compareceram aos encontros por nem terem tomado ciência dos mesmos.

– Esse plano que foi aprovado não foi legítimo, pois teve muita audiência de faz de conta, não ia ninguém. Então, ele não era participativo. Ele pouco agregou valor real e sofreu 623 alterações na Câmara antes de ser aprovado. Foi deformado – diz Rosa.

Na época, o então superintendente do IpuF, Dalmo Vieira Filho, justificou que a

prefeitura tinha feito mais de 80 oficinas nos bairros e uma audiência geral para discutir com a comunidade as mudanças.

Os problemas nos encontros com a população seguiram e acabaram norteando uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em 2013. O vai e vem judicial (relembra na linha do tempo ao lado) se arrasta até hoje e, entre 2013 e 2015, oscilou também entre a suspensão e a validação do Plano – aprovado em 2014 – e o pedido de novas audiências públicas.

Entre as determinações do MPF, está previsto ainda que o Plano, após os ajustes feitos com base do que foi acordado com a comunidade, volte ao plenário da Câmara para nova votação, que deve ocorrer ainda este ano, conforme previsão do IpuF.

– O Plano aprovado em 2014 está em vigor sim. Mas no que diz respeito ao que ele não for restritivo, por exemplo, caso facilite ou favoreça algo em detrimento do outro Plano, de 1997, não poderá ser aplicado – conclui.

Notícias do Dia
Esporte
"Xadrez"

Xadrez / UFSC / Elana Silva de Souza / Curso de Ciências Contábeis / WCCA / World Amateur Chess Championship / Campeonato Mundial Amador de Xadrez / Itália / Argentina / Clube de Xadrez de Florianópolis / Jasc



Notícias do Dia
Panorama

UFSC / Seminário de Tecnologia e Inovação / Fiesc / Exército / Defesa / Indústria / Academia

Seminário de Tecnologia e Inovação:
Oportunidade para a Indústria, Defesa e Academia. Dias 11 e 12 de abril, a Fiesc, o Exército e a UFSC promovem um seminário para identificar oportunidades de interação entre Defesa-Indústria-Academia. Local: Fiesc. Informações <https://fiesc.com.br/tecnologia-e-inovacao/eventos/seminario-de-tecnologia-e-inovacao-oportunidades-para-industria-defesa>.

Diário Catarinense
Stefani Ceolla
"Parceria do IVG com UFSC é renovada"

Parceria do IVG com UFSC é renovada / Instituto Vilson Groh / Florianópolis / Convênio / Universidade Federal de Santa Catarina / Ensino / Pesquisa / Extensão / Moradia / Saúde / Arquitetura e urbanismo / Social / Psicologia



Diário Catarinense
Estela Benetti
"Às forças armadas"

Às forças armadas / UFSC / Federação das Indústrias / Fiesc / Exército / Defesa / Indústria



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Número de estabelecimentos com foco em animais de estimação cresce 10% em Santa Catarina

Uma em cada três cidades com mais de 20 mil habitantes está irregular com o Plano Diretor em Santa Catarina

Fiesc, forças armadas e UFSC se encontram num seminário sobre indústria e tecnologia

Fiesc quer indústria mais próxima das demandas do Exército